



XVIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias SNBU 2014

POLÍTICA DE INDEXAÇÃO NO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Ana Paula Araújo Cabral da Silva Édina Maria Gomes da Cunha Pureza Elisa Alves de Oliveira Inês Maria De Gasperin Magda Helena Behrmann Miriam Velci Fernandes Renata Cristina Grun Vanessa Inácio de Souza





RESUMO

Relata a experiência de elaboração da Política de Indexação para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A partir do diagnóstico do processo de indexação e das entradas de assunto no catálogo, são apresentadas as principais etapas da criação da Política de Indexação e descritos seus principais elementos. Como complemento essencial, refere características e habilidades do bibliotecário indexador destacando estes aspectos como definitivos para o sucesso do processo. Após ressaltar a importância do controle e avaliação do uso da Política de Indexação, finaliza com considerações referentes à importância da utilização de uma política de indexação para entradas de assunto, visando à eficiência do trabalho do indexador e à qualidade na recuperação da informação.

Palavras-chave: Política de indexação; Indexação (Biblioteconomia).

ABSTRACT

Reports the experience of elaborating the Indexing Policy for the Universidade Federal do Rio Grande do Sul Library System. Starting from the diagnosis of the subject entries and of the indexing process, the main stages of the Indexing Policy creation are described, as well as its critic elements. As an essential complement, refers to the indexer librarian characteristics and abilities highlighting some aspects as definitive for the success of the process. After emphasizing the importance of controlling and evaluating the Indexing Policy use, concludes with considerations regarding the worth of using a policy, aiming indexing best practices and accuracy in information retrieval.

Keywords: Indexing policy; Indexing.





1 Introdução

O volume de informações gerenciadas nas bibliotecas universitárias exige políticas que orientem os processos de trabalho. Em sistemas centralizados tais dispositivos atuam regulando e padronizando as atividades técnicas e, em sistemas descentralizados assumem papel determinante, especialmente no tratamento técnico da informação, pois, além de nortear e padronizar as atividades, evita que as inconsistências se multipliquem levando qualquer sistema potencialmente promissor ao caos. Neste sentido o processo de indexação deve ser consolidado através de diretrizes para a representação temática de documentos, promovendo maior consistência nos catálogos automatizados e consequentemente qualificando a recuperação da informação.

A necessidade de avaliação de um sistema descentralizado levou a direção do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SBUFRGS) à criação de fóruns especiais para discussões técnicas regulares que garantissem a qualificação de seus bibliotecários e a excelência dos serviços prestados. Tais fóruns, denominados Grupos de Estudos, visam, entre outros objetivos, a ampliação de conhecimentos com produção de documentos técnicos podendo, inclusive, gerar propostas de políticas a serem discutidas pelo SBUFRGS. Dentro deste contexto, o Grupo de Estudos em Indexação (GEI), formado por oito bibliotecárias, vem acompanhando, nos últimos anos, o trabalho de indexação desenvolvido nas bibliotecas do SBUFRGS, assumindo a responsabilidade de elaborar uma política de indexação que elimine as inconsistências nas entradas de assuntos dos catálogos de autoridade, refletidas no catálogo bibliográfico.

A partir do exposto, os principais objetivos da Política de Indexação são padronizar os procedimentos quanto ao tratamento técnico da informação, contribuir para a melhoria na recuperação da informação e possibilitar a otimização dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

Conforme Rubi e Fujita (2003, p. 67), a política de indexação:

[...] será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e racionalização dos processos. Pode-se dizer então, que a política de indexação é uma decisão administrativa indispensável a um sistema de recuperação de informação, pois, somente depois de seu estabelecimento, é que o sistema em questão poderá definir suas características principais.



O objetivo geral deste artigo é relatar a experiência do Grupo de Estudos de Indexação no processo de elaboração da Política de Indexação.

Tem como objetivos específicos:

- a) relatar as etapas para a estruturação dessa Política para o SBUFRGS;
- b) discutir os conceitos inerentes ao processo de indexação.

2 Contextualização

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com sede em Porto Alegre, capital do Estado, é uma instituição centenária, reconhecida nacional e internacionalmente pela excelência no ensino e na pesquisa. Ministra cursos em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis, desde o Ensino Fundamental até a Pós-Graduação.

A UFRGS está organizada em 4 *campi* em Porto Alegre (Centro, Saúde, Olímpico e Vale) e em outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul (Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos – CECLIMAR, em Imbé e Estação Experimental Agronômica, em Eldorado do Sul).

Dentro da estrutura da UFRGS, a Biblioteca Central é um órgão suplementar vinculado diretamente ao Reitor e Vice-Reitor e, por delegação de competência, à Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica. A Biblioteca Central coordena tecnicamente o SBUFRGS, que é composto por 30 bibliotecas setoriais especializadas, uma biblioteca de ensino fundamental e médio e uma biblioteca depositária da documentação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Uma função primordial do SBUFRGS é prover infraestrutura bibliográfica, documentária e informacional para apoiar as atividades da Universidade, centrando seus objetivos nas necessidades informacionais do indivíduo, membro da comunidade universitária, constituída de alunos de graduação, pós-graduação, ensino fundamental, ensino médio; docentes e servidores técnico-administrativos. Paralelamente ao contexto acadêmico, tem compromisso com a sociedade não vinculada à Universidade que se efetiva através da prestação de serviços, proporcionando o acesso à informação, à leitura e a outros recursos disponíveis que são instrumentos de transformação dessa sociedade.

As bibliotecas do SBUFRGS estão vinculadas administrativamente às Unidades de Ensino, possuem acervo próprio e oferecem serviços independentes. Apesar da distância física



entre elas, da variedade de acervo e de usuários, atuam de forma cooperativa no que se refere às políticas gerais para o desenvolvimento de coleções, automação dos serviços, catalogação e outros. O processamento técnico é descentralizado, contudo obedece às políticas do SBUFRGS.

Em 1989, foi implantado o Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi) que atualmente adota o *software Aleph* para gerenciar as atividades e serviços oferecidos à comunidade usuária. O *Aleph* é composto por módulos que, entre outras funções, possibilitam o registro e a recuperação de informações bibliográficas através do catálogo *on-line*. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, [2014]).

3 Procedimentos metodológicos

Desde 2009, em reuniões semanais, o GEI busca subsídios que fundamentem as decisões da Política de Indexação. Para tal, foram utilizadas duas fontes de informação:

- a) literatura especializada da área;
- b) conhecimento tácito dos indexadores.

No que diz respeito à literatura especializada, foram realizados levantamentos bibliográficos em bases de dados nacionais e internacionais. Apesar da escassez de documentos pertinentes à pesquisa, foram identificadas informações relevantes, referentes a diretrizes e conceitos que fundamentaram o trabalho. Os principais autores utilizados foram Carneiro (1985), Lancaster (2004), Rubi e Fujita (2003).

O conhecimento tácito dos indexadores do SBUFRGS foi fundamental para solucionar questões específicas. Reuniões técnicas, consultas ao SABi e aplicação de questionários foram os procedimentos adotados para a troca de experiências com os indexadores, as quais serviram de subsídios para a tomada de decisões.

4 Política de Indexação do SBUFRGS como resultado

Na elaboração da Política de Indexação foram consideradas as características da UFRGS e do SBUFRGS, principalmente os desafios inerentes à produção de um catálogo



bibliográfico a partir de atividades descentralizadas.

Neste contexto, foi elaborada a Política de Indexação, cujos principais tópicos são apresentados a seguir.

4.1 Processo de indexação

A Política de Indexação do SBUFRGS elegeu a Norma Brasileira (NBR) 12676¹, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), como principal fonte para auxiliar no processo de indexação. Segundo essa NBR, o processo de indexação consiste de três etapas: análise conceitual, identificação dos conceitos e tradução.

4.1.1 Análise conceitual

"Análise conceitual é o conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de representar o conteúdo dos documentos." (CUNHA, 1989, p. 17).

A análise dos documentos depende de uma leitura técnica que garanta que nenhuma informação seja negligenciada. Para isso, devem ser consideradas as seguintes partes do documento, segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992, p. 2):

- a) título e subtítulo;
- b) resumo, se houver;
- c) sumário;
- d) introdução;
- e) ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos;
- f) palavras ou grupo de palavras em destaque (sublinhadas, impressas em tipos diferentes, etc.);
- g) referências bibliográficas.

A orientação da Política do SBUFRGS é não indexar por qualquer um destes elementos isoladamente, pois em muitos casos eles não representam o conteúdo do documento em sua totalidade.

Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação: procedimento.





4.1.2 Identificação dos conceitos

A identificação dos conceitos é a etapa na qual o indexador identifica os elementos essenciais na descrição do assunto.

O indexador deve adotar uma abordagem sistemática para realizar essa etapa, garantindo assim a fidelidade ao documento. Para essa sistematização, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992, p. 2) apresenta questões que contemplam a diversidade de acervo e a interdisciplinaridade do assunto, características do SBUFRGS. São elas:

- a) qual o assunto de que trata o documento?
- b) como se define o assunto em termos de teorias, hipóteses, etc.?
- c) o assunto contém uma ação, uma operação, um processo?
- d) o documento trata do agente dessa ação, operação, processo, etc.?
- e) o documento se refere a métodos, técnicas e instrumentos especiais?
- f) esses aspectos foram considerados no contexto de um local ou ambiente especial?
- g) foram identificadas variáveis dependentes ou independentes?
- h) o assunto foi considerado sob um ponto de vista interdisciplinar? (por ex.: um estudo sociológico da religião)

4.1.3 Tradução

Segundo Lancaster (2004), a etapa de tradução envolve a conversão dos assuntos extraídos na análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação.

O SBUFRGS não dispõe de um vocabulário controlado que contemple todas as áreas do conhecimento. Nesse contexto, o Catálogo de Autoridades é o principal instrumento para controle de entrada de assuntos no SABi. Cada biblioteca é responsável pelo registro e armazenamento de documentos de áreas específicas, assim como pela definição da entrada de assunto a elas correspondente. No entanto, algumas bibliotecas utilizam instrumentos de controle de vocabulário² no seu processo de indexação. Nestes casos, a Política orienta que o

² Tesauros, listas de cabeçalhos de assuntos etc.



uso desses instrumentos seja limitado a sua área de conhecimento.

Outra orientação da Política é que assuntos comuns a mais de uma biblioteca, e que gerem dúvidas quanto à definição da sua entrada, devem ser analisados e aprovados conjuntamente. Para dirimir estas e outras dúvidas que eventualmente possam ocorrer durante o processo de indexação, foi elaborado um manual com as rotinas e procedimentos de indexação o qual deve ser utilizado com a Política.

4.2 Elementos da Política de Indexação

Os elementos que compõem a Política de Indexação do SBUFRGS são: cobertura do assunto, exaustividade, especificidade e linguagem.

4.2.1 Cobertura do assunto

O conhecimento se desenvolve de modo interdisciplinar, mas o foco da representação temática deve estar relacionado com as necessidades de informação do público-alvo das bibliotecas.

Considerando que as bibliotecas setoriais do SBUFRGS são responsáveis pela formação e desenvolvimento de coleções, priorizando os assuntos relativos às áreas do conhecimento por elas abrangidas, cada biblioteca enfatizará os temas relativos à sua comunidade usuária. Diante disto, naturalmente, uma mesma obra poderá ter vários enfoques na representação temática.

4.2.2 Exaustividade

Lancaster (1979, p. 193) define exaustividade como "[...] uma medida de extensão em que todos os assuntos discutidos em certo documento são reconhecidos na operação de indexação e traduzidos na linguagem do sistema." A quantidade de termos atribuídos a um documento está diretamente relacionada à precisão e revocação. O tipo de documento poderá determinar o nível de exaustividade da indexação (CARNEIRO, 1985).

A Política de Indexação do SBUFRGS recomenda o uso de níveis de exaustividade, de acordo com os diversos tipos de documentos existentes nas bibliotecas. Essa recomendação



foi construída a partir de questionário enviado aos bibliotecários em 2010, com o objetivo de identificar a tipologia documental no SBUFRGS, bem como o nível de exaustividade utilizado para representar os assuntos desses documentos.

A partir dos resultados obtidos, foi elaborado um quadro, reproduzido parcialmente a seguir:

Quadro 1 - Números de descritores por tipo de documento

Tipos de documentos	Quantidade de descritores por documentos				
	até 2	até 3	até 4	até 5	até 8
Analíticas de periódicos					X
Dicionários		X			
Dissertações					X
Livros				X	
Mapas			X		
Programas de computador	X				
Teses					X
Trabalhos de eventos					X

Fonte: Silva et al. (2014).

4.2.3 Especificidade

Para Lancaster (2004, p. 34), "[...] um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente." Por abrangência, entende-se o uso de termos exatos e não genéricos, pois, numa hierarquia de assuntos, um termo específico está subordinado ao termo genérico. No entanto a utilização concomitante dos termos genérico e específico é redundante, visto que no conceito do termo específico já está contido o conceito do termo genérico.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992, p. 3): "A especificidade se refere ao grau de precisão com que um termo define determinado conceito no documento. Ocorre perda de especificidade quando um conceito é representado por um termo com significado mais genérico."

Na Política de Indexação do SBUFRGS, o princípio da especificidade na determinação



dos descritores de um documento foi considerado prioritário. Por isso, foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

- a) área temática da biblioteca: a especificidade pode variar de acordo com a cobertura de assunto de cada biblioteca. Sendo assim:
 - quando o assunto for da área temática da biblioteca, o indexador deve utilizar o termo mais específico,
 - quando o assunto não for da área temática da biblioteca, o indexador poderá utilizar um termo mais genérico,
- b) abrangência do assunto do documento: os documentos que tratam de vários assuntos específicos, dentro da mesma hierarquia, podem ter seus assuntos representados individualmente ou enquadrados na "Regra de Três". Esta regra propõe que quando mais de três descritores de uma mesma hierarquia são discutidos num documento, a indexação deve ser feita pelo termo imediatamente superior na hierarquia.

4.2.4 Linguagem controlada

A linguagem controlada é aquela construída com o objetivo de eliminar possíveis problemas do vocabulário natural (como a ambiguidade), facilitar a entrada e a saída de dados em um sistema de informações e permitir uma maior consistência na indexação. A Política de Indexação recomenda o emprego de uma linguagem controlada e pós-coordenada que é a linguagem que combina ou coordena os termos no momento da busca. Corroborou para esta decisão o fato de que essa é a linguagem mais recomendada para sistemas automatizados. Entretanto a linguagem pós-coordenada não exclui totalmente o uso de subcampos/subcabeçalhos. Segundo Lancaster (2004, p. 196):

Num sistema pós-coordenado, aplicam-se os subcabeçalhos de forma muito parecida com o modo como são aplicados nos tradicionais catálogos de assuntos das bibliotecas. Os melhores candidatos a subcabeçalhos são aqueles termos que seriam potencialmente aplicáveis a muitos dos outros termos do vocabulário.

No SBUFRGS esses subcabeçalhos são representados nos *subcampos x, v, y e z*, recursos disponíveis no formato *Machine Readable Cataloging* (MARC).



O uso do *subcampo a* (descritor), combinado com os *subcampos x, v, y, z,* (subdivisão geral, forma, tempo e lugar, respectivamente) dentro de critérios pré-estabelecidos³, não caracteriza pré-coordenação. Este recurso é usado para aumentar o nível de especificidade quanto ao assunto e quanto aos limites de forma, tempo e lugar, reduzindo as falsas associações e qualificando a recuperação da informação.

5 Competências e habilidades do bibliotecário indexador

O desempenho das atividades de indexação requer um profissional com habilidades e competências específicas. Nesse sentido, com base na literatura e na prática diária do bibliotecário, foi identificado o perfil desejável deste profissional:

- a) conhecer as áreas de assuntos tratados;
- b) conhecer e aplicar as políticas da instituição;
- c) identificar as necessidades informacionais dos usuários;
- d) possuir bom nível de concentração e capacidade de interpretação de texto;
- e) observar os princípios de imparcialidade e coerência;
- f) dialogar e/ou negociar questões de indexação;
- g) participar de capacitações dentro de sua área de atuação.

Com base nessas características, o gestor pode dispor de mais um instrumento para facilitar a seleção de pessoal. Além disso, o próprio bibliotecário, conhecendo essas particularidades, tem subsídios para melhorar o desempenho de suas funções e buscar aperfeiçoamento.

No contexto do SBUFRGS, é importante que o bibliotecário atue de forma cooperativa, e, portanto, tenha consciência de que suas decisões podem interferir diretamente na indexação do sistema como um todo.

³ Os critérios para o uso desses subcampos estão detalhados no Manual de Rotinas e Procedimentos de Indexação.



6 Controle e avaliação do uso da Política de Indexação

A aplicação da Política de Indexação exige um constante processo de avaliação e controle, a partir de parâmetros estabelecidos. Conforme Lopes (1985, p. 243):

O processo de avaliação está ligado à observação do desempenho de uma determinada atividade e à obtenção de dados que possam subsidiar decisões administrativas [...]. Como toda atividade gerencial, a avaliação deve ser precedida de cuidadoso planejamento, a fim de que os resultados possam corresponder aos objetivos que a motivaram.

Sob o aspecto da aplicação da Política de Indexação no SBUFRGS, os principais parâmetros que poderão ser avaliados são: a especificidade, segundo a cobertura de assunto; a exaustividade, de acordo com a tipologia documental; e o uso da linguagem controlada e póscoordenada. Sob o aspecto da aplicação do Manual de Rotinas e Procedimentos de Indexação poderão ser avaliados: o preenchimento de campos e subcampos específicos e a padronização de entradas de assuntos.

7 Considerações finais

O acompanhamento sistemático do processo de indexação desenvolvido nas bibliotecas do SBUFRGS acusou a urgência na elaboração de uma Política de Indexação que balizasse esta atividade desenvolvida de forma descentralizada no Sistema.

A partir do estabelecimento de diretrizes para as etapas do processo de indexação, espera-se uma uniformização nos procedimentos de análise conceitual, identificação de conceitos e tradução. Como resultado disso, acredita-se numa qualificação na recuperação da informação.

Para que a aplicação da Política de Indexação cumpra com esses objetivos, os elementos cobertura de assunto, exaustividade, especificidade e linguagem são de fundamental importância.

Nesse sentido, a cobertura de assunto de cada biblioteca setorial determinará o grau de especificidade e influenciará o nível de exaustividade que será aplicado no tratamento da informação.

A exaustividade e a especificidade são os elementos que interferem diretamente na





qualidade da recuperação da informação e no índice de revocação. A partir da definição dos níveis de exaustividade e das diretrizes estabelecidas para a especificidade, espera-se uma melhoria na indexação, proporcionando, com isso, a recuperação de informações objetivas e relevantes para o usuário.

Com relação à linguagem controlada e pós-coordenada, considera-se que o uso dos subcampos MARC para subdivisão geral, forma, tempo e lugar, minimizará as falsas associações de conceitos, aumentando também a pertinência dos resultados de busca e, consequentemente, a satisfação dos usuários.

A exaustividade, a especificidade e a linguagem estão sujeitas a avaliação e controle para verificar se as diretrizes estabelecidas pela Política de Indexação estão sendo observadas e os objetivos propostos estão sendo alcançados.

Considerando a estrutura descentralizada do SBUFRGS, a Política de Indexação ressaltou a importância do diálogo e da negociação entre os bibliotecários de uma mesma biblioteca, bem como entre os bibliotecários das demais bibliotecas.

Acredita-se que o resultado oriundo da aplicação da Política de Indexação, pautada pelo Manual de Rotinas e Procedimentos de Indexação, além de reduzir as inconsistências das entradas de assunto, contribuirá para que o bibliotecário indexador adote melhores práticas em seu trabalho.

8 Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação: procedimento. Rio de Janeiro, 1992.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin. Contribuição para a formulação de um quadro conceitual em análise documental. In: ______. **Análise documentária**: considerações teóricas e experimentações. São Paulo: FEBAB, 1989.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Information retrieval systems**: characteristics, testing and evaluation. 2nd ed. New York: J. Wiley, 1979.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. Indexação e resumos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.





LOPES, Eunice de Faria. Avaliação de serviços de indexação e resumo: critérios, medidas e metodologia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 242-256, set. 1985.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Elementos de política de indexação em manuais de indexação em sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

SILVA, Ana Paula Araújo Cabral da et al. **Política de Indexação para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. No prelo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Biblioteca Central. **SABi**. [2014]. Disponível em: http://www.biblioteca.ufrgs.br/sabi.htm >. Acesso em: 23 abr. 2014.